

Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979)

Sexual revolution and eccentric sexualities: discursive practices analysis about “sexual identities” in Brazilian magazines (1969 – 1979)

Renata Rodrigues Brandão*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as práticas discursivas na mídia brasileira que instituíram no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 uma Revolução Sexual. No bojo do debate sobre a Revolução Sexual, as revistas ELE ELA, NOVA, PLAYBOY e HOMEM: A REVISTA DO PLAYBOY construíram identidades sexuais, problematizando o(s) feminino(s) e o(s) masculino(s). Este trabalho é parte integrante da minha pesquisa de doutorado em História Comparada, onde busquei analisar a construção de identidades sexuais na mídia brasileira impressa durante o período de 1969-1979. Delimitou-se o surgimento destas revistas em um contexto histórico e cultural marcado por uma modernização conservadora, pela censura política, pela presença de diversos discursos feministas e pela visibilidade dos homossexuais. Dado o lugar central e privilegiado ocupado pela mídia nas tramas dos discursos que permeiam a sociedade, estas revistas foram consideradas fontes históricas, isto é, suporte das relações sociais e de poder cuja análise nos proporciona verificar o modo como as identidades sexuais são instituídas, hierarquizadas e, ao mesmo tempo, questionadas e borradas. O estudo destas revistas pôde apresentar a forma ambígua pela qual as noções de feminino e masculino são forjadas na cultura. Os artigos sobre Revolução sexual e os discursos sobre homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis; bem como, outras práticas sexuais tornaram-se frequentes nestes periódicos. Uma multiplicidade de discursos enunciava e suscitava nas leituras das imagens e

textos destas revistas o prazer de ler, ver e saber sobre sexo, propondo a partir dele- o sexo- uma descoberta e transformação de si mesmo. Este trabalho foi realizado a partir das ferramentas conceituais de Michel Foucault e as estratégias analíticas promovidas pelos estudos queer que muito podem contribuir para um fazer história que rompe as fronteiras disciplinares, estranha as identidades fixas e desconfia das naturalizações das ações humanas. Uma história que interpela a homogeneidade dos discursos, sua aparente linearidade e coerência.

Palavras-chave: Revolução Sexual; gênero; estudos queer; mídia; história comparada; ditadura civil-militar; ele ela; nova; playboy; homem: a revista do playboy

*Doutorado em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Mestrado em Ciências Humanas e Saúde pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003) e graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001). Pesquisadora do grupo de pesquisa LabQueer- Laboratório de Estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade São Judas Tadeu e da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. E-mail: renatabrandao77@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze the discursive practices in Brazilian media that established at the end of 60's and throughout the 70's a Sexual Revolution. In the course of the debate about Sexual Revolution, the magazines ELE ELA, NOVA, PLAYBOY and REVISTA DO HOMEM built sexual identities, problematizing the feminine (s) and masculine (s). This thesis is an integral part of my doctoral research in Comparative History, in which I tried to analyse the construction of sexual identities in Brazilian press media during the period of 1969–1979. It was intended to present the beginning of these magazines on a historical and cultural context, marked by a conservative modernization, political censorship, the presence of varied feminist discourses and by the visibility of homosexuals. Given the central and privileged place occupied by the media in the discourses that mingle with the society, these magazines were considered historical sources, that is, in support of the social relationships and of power whose analysis makes it possible to verify the way these sexual identities are instituted, ranked and, meanwhile, questioned and deteriorated. The study of these magazines made it possible to represent the ambiguous form of which the notions of feminine and masculine are forged in culture. The articles about Sexual Revolution and the discourses about homosexuals, lesbians, transsexuals, transvestites, as well as, another sexual practices became frequent in these periodicals. A multiplicity of discourses that enunciate and arouse the pleasure of reading, watching and acknowledging about sex, proposing from it – the sex – a discovery and transformation of oneself. This thesis was accomplished from conceptual tools of Michel Foucault and the analytic strategies promoted by the queer studies that can deeply contribute to a making history that breaks syllabus boundaries, questions the steady identities and is suspicious of the naturalizations of human actions. A history that heckles the homogeneity of discourses its apparent linearity and coherence.

Keywords: sexual revolution; gender; queer studies; media; compared history; civil-military dictatorship; ele ela; nova; playboy; homem: a revista do playboy

A censura provoca efervescências subterrâneas, mas a reação quer
tornar tudo impossível.
Gilles Deleuze em *Conversações*.

Ao se deparar com um conjunto de revistas publicadas por grandes editoras comerciais no Brasil da década de 1970, o leitor mais atento percebe o quanto o sexo ocupa um lugar central nas práticas discursivas de suas páginas¹. O apelo à sensualidade e ao erotismo, evidenciado em publicidades, ensaios fotográficos de moda, testes comportamentais, artigos elucidativos sobre

alguma “perversão sexual”², dicionários sobre sexo e cartas de leitores e leitoras ávidas por conhecer mais sobre mitos sexuais, doenças venéreas, carícias e prazeres, eram assuntos recorrentes. As revistas desse período investiram em publicações que privilegiavam o tema da sexualidade em sua linha editorial, tais como, a revista ELE ELA (1969/ Editora Bloch), NOVA: COSMOPOLITAN (1973/Editora Abril), A REVISTA DO HOMEM/PLAYBOY(1975/Editora Abril) e HOMEM: A REVISTA DO PLAYBOY (1978/Ideia Editora)³. Em plena ditadura militar, esse era um dos poucos assuntos angustiantes sobre o qual, de alguma forma, era possível falar e vender, apesar da censura⁴.

As revistas ditas femininas passaram a dialogar com algumas vozes dos movimentos feministas que tomaram fôlego nesta década. A revista NOVA: COSMOPOLITAN (doravante apenas NOVA), por exemplo, inovou ao mudar o foco do discurso das revistas destinadas as mulheres, geralmente centrado na mulher casada, para a mulher independente e solteira. Em contrapartida, o mercado, nesse mesmo período, foi invadido por revistas ditas masculinas que, para além dos ensaios pornográficos em que exibiam exclusivamente mulheres nuas, podíamos ler textos e colunas semelhantes aos das “revistas femininas”, onde as práticas discursivas centravam-se na descoberta da individualidade e na gestão de si. Nas revistas, em meio ao tema recorrente desta década - o sexo- e vinculado a ele, aparecem novas imagens dos femininos, mas permanecem, a despeito da “revolução sexual” e dos feminismos, antigas imagens relacionadas aos recônditos do mundo doméstico.

Este trabalho busca dar visibilidade e analisar o modo como essas revistas discutiam a revolução sexual e práticas sexuais não hetero vinculadas às construções de identidades homossexuais, lésbicas, transexuais e travestis. Esta empreitada visa estranhar e desestabilizar todo discurso totalizante que naturaliza as condutas humanas em termos binários, como por exemplo, homem-mulher, normal-anormal, heterossexual- homossexual e que buscam cooptar os indivíduos em identidades originárias e estáveis. Este distanciamento dos determinismos biológicos e sociais compreende as ações humanas, indícios e fragmentos de suas histórias dentro de uma perspectiva construtivista e plural. Assim, concebo a prática historiográfica como um meio de indagar conceitos, problemas, formas de produção e legitimação de conhecimentos e modelos. As revistas, tratadas aqui como documentos históricos, serão vistas não a partir de critérios como verdade ou sua potencialidade de reconstituir o passado tal como ocorreu, mas lidas, organizadas, recortadas com a finalidade de identificar elementos e constituir relações. Comparar os discursos das revistas para fazer delas um suporte- onde podemos ler- as relações sociais e de poder presentes em uma determinada sociedade. Como assinalou Michel Foucault, há muito tempo a história deixou de tratar os documentos como a voz da verdade que emana do passado.

(...) a história mudou a posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.⁵

A partir disto, a leitura do conjunto das revistas listadas acima suscita um questionamento inicial fundamental: por que existiam (e ainda existem) revistas ditas masculinas e outras femininas? Por que essa divisão sexual na mídia? Quais as diferenças forjadas entre os “universos” femininos e masculinos que justificam publicações específicas para cada gênero/sexo? Se homens e mulheres são assim tão diferentes, ao ponto de necessitarem publicações periódicas específicas, como se explica o discurso hegemônico de uma heterossexualidade presente em todas elas? De fato é paradoxal que “homens e mulheres, feitos para se unirem, vivem em universos separados, dos quais as revistas são apenas uma forma de expressão”.⁶ Na reprodução dicotômica e hierárquica dos corpos e dos sexos, a aproximação entre homens e mulheres passa a ser necessariamente problemática, tema, todavia, recorrente nas revistas denominadas de femininas e masculinas.

As práticas discursivas das revistas NOVA, ELE ELA, PLAYBOY e HOMEM tomadas como fontes históricas e, portanto, como suportes de relações sociais e de poder, propiciam um *olhar* bem documentado sobre práticas e discursos em relação à sexualidade e à (re) invenção do(s) feminino(s) e masculino(s) no período estudado. Considero essas revistas como empreitadas comerciais de onde depreende-se de suas práticas discursivas o que há de político no uso das palavras, das imagens, dos discursos em torno dos quais se concebem e se constroem imagens e ideais sobre o(s) feminino(s) e masculino(s) e as identidades sexuais a elas interligadas. As estratégias políticas das revistas ELE ELA, NOVA, PLAYBOY e HOMEM não são fixas, estáveis e fáceis de definirmos, pois, como mercadorias, atendem à lógica do mercado e, por isso mesmo, aos anseios do público consumidor. As práticas discursivas dessas revistas se formaram e se transformaram por meio de discursos polissêmicos que divergem entre si, contudo, em comum, promoveram o pensar sobre o sexo e as questões do cotidiano que envolviam as relações masculino-feminino e as práticas sexuais e afetivas como assunto da década de 1970. Ao mesmo tempo em que o corpo passa a ser exposto cada vez mais desnudado na mídia de forma geral, o problematizar do sexo, o disciplinamento e o controle dos corpos aumentavam. A proposta de uma liberdade sexual muitas vezes abordada em artigos destas revistas entrava em conflito com as próprias normas sociais instituídas e/ou reforçadas por elas mesmas, em relação às formas pelas quais os indivíduos deveriam gerir a si mesmos.

Ao funcionar como uma pedagogia social e de gênero, os discursos das revistas produzem sujeitos, mas, também, são responsáveis por promoverem resistências aos modelos de feminilidade e masculinidade evocados por elas. A contestação desses modelos circulou, muitas vezes, na própria mídia, ocupando espaços marginais das revistas aqui analisadas, frequentemente presentes em caricaturas, cartas de leitores ou outras publicidades que podem passar despercebidas em uma análise cujo foco centra-se na construção dos ideais⁷.

Problematizar e historicizar a noção de revista feminina e revista masculina é fundamental para que possamos abrir espaço para análises de sexualidades dissonantes das práticas e dos discursos heterossexuais, isto é, excêntricas- fora do discurso central dessas revistas. Imaginar que uma revista feminina necessariamente é apenas lida por mulheres e que as revistas masculinas são apenas usufruídas por homens, tendo ambas como orientação o desejo heterossexual seria limitar as potencialidades desses discursos e a pluralidade de seus leitores. A análise dessas revistas é circunscrita em um momento histórico preciso. Nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e também no Brasil o final da década de 1960 e o decorrer da década de 1970 foram marcados pela pulverização das lutas políticas, em que as chamadas “minorias políticas” – mulheres, negras, negros e homossexuais- buscaram conquistar visibilidade e direitos sociais. O terreno da cultura foi eleito como privilegiado para compreender a forma como essas minorias estavam ausentes ou, quando presentes, eram estereotipadas nos discursos que circulavam na sociedade. O problema da representação e da identidade tornava-se político e as minorias trataram logo de conquistar espaço no território cultural para serem vistas e escutadas. O Centro da Mulher Brasileira, por exemplo, realizou um evento musical cuja proposta era refletir sobre a maneira como a(s) mulher(es) eram colocadas em discursos pelas canções da música popular brasileira⁸. Já o “desbunde guei”⁹ se deu nos espetáculos teatrais, musicais e no cinema onde, ao mesmo tempo, questionavam-se os limites que definiam feminino e masculino (por exemplo, os espetáculos dos Dzi Croquetes) e se forjavam identidades estereotipadas de homossexuais em muitas produções teatrais e cinematográficas. Essas ações políticas nas diversas modalidades de produção cultural possibilitaram o surgimento das organizações de homossexuais na luta por direitos¹⁰.

Os anos 1970, a despeito da ditadura civil-militar, não impediram o crescimento de movimentos que questionavam formas de opressão e de relações de poder exercidas não apenas pelo aparelho do Estado, mas também nas relações sociais cotidianas. Jornais literários, cineclubes, círculos de mulheres, o movimento hippie e a contracultura resistiam, apesar do “sufoco” promovido pelos órgãos de repressão e censura política. Longe de um “vazio cultural”, o Brasil da década de 1970 produziu um extenso material musical, literário, cinematográfico, enfim, midiático que nos possibilita refletir sobre a revolução

sexual e de costumes, instituída pelos enunciados e discursos das revistas aqui selecionadas e analisadas. As revistas desta década instituíram uma revolução sexual que precisa ser discutida principalmente quando estamos abordando este tema em um país cuja identidade foi muitas vezes atrelada a “devassidão” e a “sensualidade” da mulata e do “povo brasileiro” em geral. Contraditoriamente, as revistas aqui analisadas, exibindo majoritariamente mulheres e homens brancos, com muitos artigos traduzidos das revistas originais americanas *Cosmopolitan* e *Playboy* abordavam o tema da revolução sexual articulado a ideia de um “atraso” nas mudanças comportamentais da sociedade brasileira. Como abordar a liberação sexual em um país que intelectuais julgavam ser cheio de frouxidão nos costumes e liberdades sexuais nos comportamentos?

O prazer de ler, ver e saber sobre sexo: a revolução sexual em revista

As revistas ELE ELA, NOVA, PLAYBOY e HOMEM emergiram em uma “sociedade sexualizada”.¹¹ Ou seja, estão inseridas em uma cultura que valorizava a juventude e o consumo, a beleza e as ações individuais, proporcionando uma visibilidade maior do sexo no domínio público, legitimando a busca pelo prazer sexual. Da metade dos anos 1960 até os anos 1980, testemunhou-se uma grande transformação da sexualidade no Ocidente.¹² A sociedade sexualizada tornou possível o próprio olhar crítico para esse processo de sexualização das condutas e acabou por desvendar as relações de poder e de saber intrínsecas a este movimento, bem como, por denunciar a medicalização das práticas sexuais que vêm ocorrendo no ocidente desde o final do século XIX.

O sexo passou, a partir de então e cada vez mais, a ocupar espaço na mídia, o próprio desenvolvimento da sociedade de consumo utiliza-se da sexualidade para a venda de produtos¹³. Torna-se um negócio. A reorganização da sexualidade nesses anos deve-se à invasão em larga escala de empresários no campo do sexo. A pornografia, que desde o meado do século XIX atraía empresários, viveu até os anos 1960 no campo da marginalidade e da ilegalidade, quando, aos poucos, a Suprema Corte Americana a torna legal, ainda que dentro de limites, durante os anos 1950 e 1960. Nos anos 1970, a pornografia já estava em alta visibilidade nos EUA. Filmes e revistas pornográficas como a *Playboy* invadiram o mercado e as publicidades de vestuário nas revistas e jornais faturaram, expondo modelos em poses sensuais. Calvin Kline, a respeito da calça jeans, comentou “Mais apertadas elas são, melhor elas vendem”¹⁴. Na televisão, muitos comerciais despertavam fantasias e apetites eróticos, enquanto os programas exibiam, em *game shows*, modelos femininas representantes do sonho de consumo.

No Brasil, as revistas pornográficas de grande circulação começaram a aparecer na década de 1960, com a *Fairplay*. Contudo desde o final do século XIX circulava uma literatura considerada mais erótica como os “livros para

se ler com uma só das mãos”.¹⁵ No início do século XX além da circulação do jornal *O Rio Nu* com manchetes e textos com a dupla função de fazer rir e excitar a imaginação de seus leitores, alguns teatros apresentavam mulheres se despindo e uma literatura baseada na ciência sexual começava a serem divulgadas para rapazes com a finalidade de conter a proliferação de doenças venéreas como a sífilis¹⁶. Na televisão nos anos 1970 *O Planeta dos Macacos* era um dos programas que também exploravam a sensualidade de mulheres seminuas. Assim como os seriados americanos transformaram os dramas que se desenrolam em um quarto de casal em um drama público, as novelas brasileiras combinavam os temas dinheiro, poder e sexo. Programas de rádio e revistas eram espaços abertos onde circulavam múltiplos discursos sobre sexo e o que envolvia a atividade sexual, casamento, divórcio e romance.

Nesse cenário, uma literatura prescritiva ganha espaço nos anos 1970: manuais do sexo viram *best-sellers*, entre eles “Tudo o que você gostaria de saber sobre sexo (mas tinha medo de perguntar)” do médico David Reuben, traduzido em mais de 50 países e com mais de 100 mil leitores estimados. Os textos de David Reuben eram frequentes tanto na *Cosmopolitan* americana quanto na revista NOVA brasileira abordando a sexualidade. Esses manuais endossaram a ideia de experiência sexual em uma linguagem que, vinte anos antes, só era vista em pornografia¹⁷. Todas essas transformações provocaram uma mudança comportamental nas sociedades ocidentais: cresceu o número de divórcios, lutou-se pelo direito de aborto, discutiu-se sobre o aumento de controle de natalidade, tudo isso mobilizou a década de 1970 em torno das questões sexuais¹⁸. No Brasil, os feminismos da década de 1970 buscavam o direito a creche para as mulheres trabalhadoras, bem como, discutir a violência sexual, saúde da mulher, higiene e planejamento familiar. No entanto, as revistas brasileiras aqui analisadas traziam discussões sobre sexo realizadas por sexólogos que já não se preocupavam com as perversões sexuais, passavam a ter como objetivo oferecer uma terapêutica que consistia em possibilitar tanto ao homem quanto a mulher o alcance do orgasmo¹⁹.

Nesta mesma década, o filósofo Michel Foucault denuncia a medicalização da sexualidade, o seu livro- “A história da Sexualidade- a Vontade de Saber”- torna-se uma das maiores referências para os trabalhos produzidos neste campo de conhecimento, contribuindo para a própria formação dos estudos de gênero e da teoria *Queer* nas décadas subsequentes. Menos conhecido, Lanterri- Laura publicou, três anos depois de Foucault, o livro “Leitura das perversões: História de sua apropriação médica”. O enfoque, apesar de diferenças sutis no que se entende por apropriação médica e medicalização da sexualidade, demonstra como, desde meados do século XIX, toda uma ciência médica, higiênica e social se encarregou de tornar o sexo um assunto da ciência, que merecia ser cientificamente conhecido e controlado. Ao ler as páginas das revistas aqui selecionadas como, por exemplo, NOVA com sua

coluna “O divã do analista”, fica evidente como o discurso médico, bem como as metáforas psicanalíticas são largamente utilizadas para se falar de sexo nos anos 1970. São médicos e psicanalistas que detêm o poder de falar corretamente sobre a frigidez feminina ou a dificuldade de ereção masculina e são eles que ganham espaços nas revistas, jornais, rádio e televisão para melhor informar a população como conduzir a vida sexual.

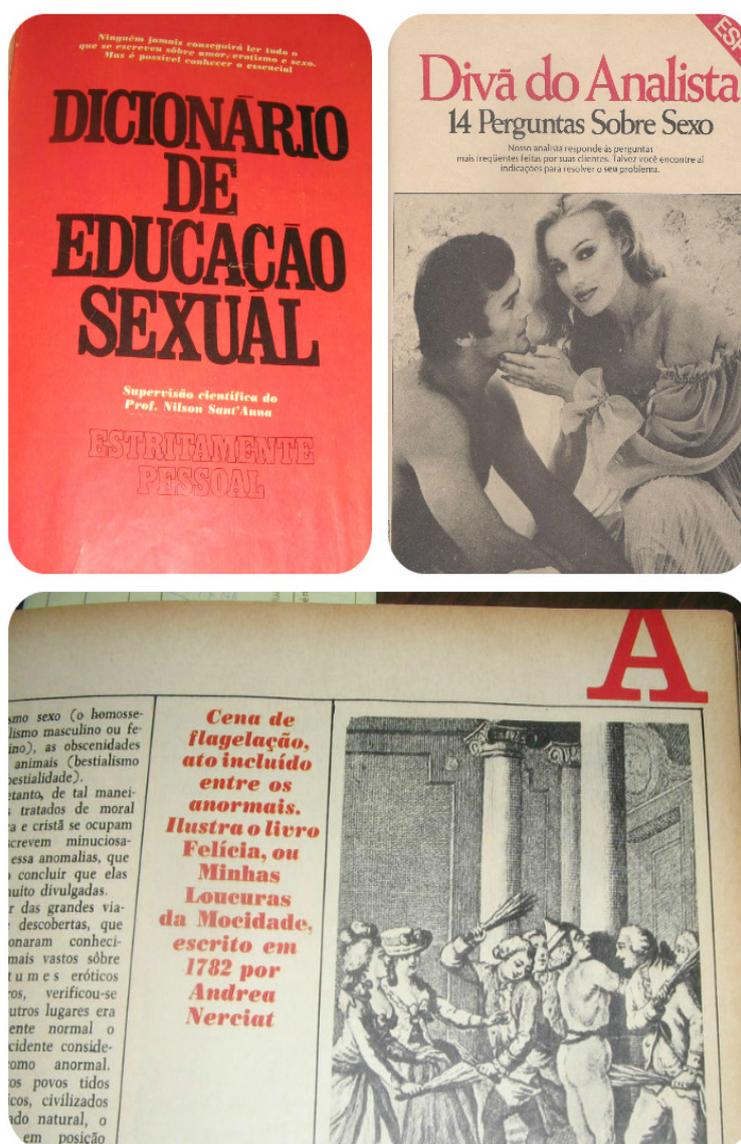


Imagem 1: Dicionário de Educação Sexual publicado desde o primeiro número de ELE ELA em 1969. O dicionário acabou sendo censurado e obrigado a modificar de nome. NOVA também publicava vários encartes com o mesmo objetivo:

educação sexual.

Os dois pensadores citados, quando escreveram suas obras, estavam imersos em uma sociedade sexualizada, porque o sexo desde o final do século XIX, como mostrou a obra de Foucault, virou assunto da ciência, da medicina e da política. Em outras palavras “o sexo tornou-se sexualidade- um objeto de estudo”.²⁰ O processo de medicalização da sexualidade, ocorrido desde o final do século XIX na Europa e nos EUA, criou uma série de ideias científicas sobre a vida sexual, altamente racionalizadas, oriundas dos progressos da sexologia, psicologia e sociologia. Tal processo assinalou uma mudança fundamental ao colocar as práticas sexuais como expressão da verdade interna, íntima e profunda do indivíduo. A ciência buscou não apenas diferenciar e fomentar as distinções entre homens e mulheres, mas organizá-los e hierarquizá-los de acordo com suas identidades sexuais determinadas por suas práticas sexuais e afetivas.

Essa racionalidade fez aparecer um novo sistema de classificações sexuais, construído na terminologia da ciência. Nos trabalhos de médicos pioneiros e, mais tarde, na linguagem mais popular dos jornais, revistas, filmes e televisão, a normalidade e a anormalidade sexual foram cuidadosamente mapeadas e analisadas. Novas séries de categorias classificatórias, baseadas nos segredos ocultos e desejos do eu sexual, foram desenvolvidas para a organização do universo sexual.

Os dicionários de ELE ELA e os “informes científicos”, as mini-enciclopédias sexuais de NOVA, e os outros inúmeros manuais e encartes de sexo de ambas as revistas compuseram suas trama discursivas no decorrer dos anos 1970 dentro desse contexto de uma sociedade medicalizada e uma apropriação médica da sexualidade. Para exemplificar, posso citar o “informe científico sobre transexualidade” publicado em ELE ELA em 1973 que contava com a colaboração de médicos endocrinologistas e psiquiatras para diferenciar transexuais de homens normais. Lia-se em suas páginas: Transexuais: “uma variante dos homens aparentemente normais que gostam de passar por mulheres”²¹, por sua vez, os homens normais eram definidos pelos aspectos biológicos: “Por normal entende-se que tem um físico masculino, barba e órgãos genitais masculinos corretamente desenvolvidos”.²² Nessa mesma linha de definição das identidades sexuais, a Mini-Enciclopédia Sexual de NOVA, publicada em fevereiro de 1975 definia desta forma o verbete lesbianismo: “forma de homossexualidade que define o amor de uma mulher por outra. O nome deriva da ilha de Lesbos, na Antiguidade, onde vivia a famosa Safo, poetisa e homossexual”.²³

Dada a multiplicidade dos discursos sobre o sexo, suas práticas e identidades atreladas a elas, minha análise parte do postulado de que não há uma essência da sexualidade.²⁴ O modo pelo qual compreendemos determinadas práticas sexuais como normais, anormais, saudáveis, doentes ou perversas

possuem uma história. Uma história que, nas sociedades ocidentais, se articula com o todo.

A outros fenômenos e desenvolvimento de campos de conhecimento diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos²⁵.

São, portanto, as construções conceituais, as práticas cotidianas, simbólicas, discursivas que, em conjunto com as relações de saber-poder, definem e classificam as práticas sexuais. Essas relações de saber-poder não são as mesmas em todas as culturas e em todos os tempos: são sujeitas às ações humanas e, por isso mesmo, só podem ser compreendidas em uma perspectiva que as circunscreva historicamente.

Nenhuma sociedade aceita todos os processos possíveis de gozo, nem tão pouco nenhuma sociedade os exclui a todos: ela aceita ou proíbe pelo menos um. Por outro lado, os conteúdos do lícito e do ilícito são extraordinariamente variáveis de uma cultura para outra, e o que provoca horror aqui passa por uma amena fantasia ali ao lado²⁶

Abordar o tema da sexualidade no Brasil remete a uma visão da nossa “Brasilidade”, construída em referência à sexualidade.²⁷ No início do século XX, historiadores, sociólogos e antropólogos interpretaram e inventaram um Brasil a partir da dimensão sexual, marcando a construção da “identidade brasileira” e da própria interpretação que a sociedade faz de si mesma como de uma sensualidade e sexualidade exacerbada e liberada.²⁸ Apenas para citar um exemplo, o “excesso sexual” nas obras do Gilberto Freyre, como em “Casa Grande e Senzala”, a sexualidade nas relações entre o branco - senhor de engenho e a negra- escrava recebem um enfoque privilegiado. Isso tem sido tema de pesquisas que não abrem mão de observar o modo pelo qual essa interpretação mitigou as relações de violência, opressão e dominação presentes nas relações inter-raciais e entre homens e mulheres na história e na cultura brasileira²⁹. Do mesmo modo, historiadores, como Ronaldo Vainfas, têm questionado a imagem desregrada do Brasil Colonial, enquanto outros criticam a assimilação simplificada da imagem de uma sociedade carnavalesca que aceita facilmente o “caráter transgenerificado”, em que homens se vestem

de mulheres, reforçando a imagem do Brasil como um “paraíso para renegados sexuais e transgressores dos papéis de gênero convencionais”.³⁰ O que é restrito às festividades carnavalescas acaba sendo visto como a norma sexual de “um povo” que, na maior parte das vezes, compartilha dos mesmos valores Ocidentais.³¹

Nos anos 1970, as pesquisas de Peter Fry apontaram para inserção do Brasil no processo de mudanças por que estavam passando vários países ocidentais em relação à produção de uma nova identidade da mulher e do homossexual, visto que, conforme observou o antropólogo inglês, compartilhávamos do mesmo modelo que hierarquiza as práticas sexuais dicotomizadas em femininas e masculinas, ativas e passivas.³² Assim, apesar do Brasil e da América Latina serem frequentemente descritos como não pertencentes à cultura ocidental, defendo, a partir da leitura das revistas do período estudado, que o Brasil está inserido nos mesmos valores - moderno, individualista, hedonista e da sociedade de consumo - que marcaram e marcam o Ocidente, pelo menos desde a segunda metade do século XX. E que, apesar da imagem de um país onde não há o que se considere pecado no campo da sexualidade, os anos 1969-1979, sugeridos pelas revistas, foram marcados por um intenso debate sexual que, contraditoriamente, visava discutir a liberação dos costumes e a emancipação da mulher, colocando em dúvida os benefícios desta Revolução Sexual que parecíamos importar dos EUA e da Europa. Se não havia pecado debaixo da linha do Equador, como cantava Ney Matogrosso naqueles anos 1970, e se a identidade brasileira era marcada por uma sexualidade exacerbada, como se explica a preocupação das revistas com a “liberação dos costumes”, com a “Revolução Sexual” e com a nova “mulher liberada”?

É interessante observar que a historiografia brasileira ainda não se dedicou a pesquisar o tema da “Revolução Sexual” no Brasil e questioná-lo. Toma-se, frequentemente, a revolução sexual como um dado e, a partir disto, tecem-se narrativas históricas sobre o período, sem pensar no sentido desta revolução. Se os intelectuais das décadas de 1920 e 1930 haviam interpretado o Brasil a partir da dimensão sexual, é de se estranhar que não tenham problematizado os anos que historiadores estadunidenses, ingleses e franceses chamam de “Momento Permissivo”³³, “democratização sexual”³⁴, “Revolução Cultural”³⁵. Como pensar em permissividade, liberação sexual, democratização sexual em uma sociedade que se autointerpretava como um país de degenerados sexuais? Havia algo a liberar, afinal?

Há uma tensão entre a concepção do Brasil como o país do “atraso” e seu “despreparo” para lidar com a Revolução Sexual que ocorria no Ocidente. Essa revolução parece ter sido assimilada no país, a partir do contato com o que ocorria nos EUA e Europa. As revistas aí apareciam como verdadeiras fontes de informação dessa modernização dos costumes, conforme podemos

ver em inúmeras reportagens de ELE ELA e NOVA. Não por acaso, os artigos sobre a temática da revolução sexual e liberação da mulher eram reportagens traduzidas de outros periódicos dos EUA e Europa ou comprados pelas agências internacionais de notícias.

A nota em destaque na Coluna “Para ler a Dois” de ELE ELA em fevereiro de 1975, escrita pelo jornalista Elias Fonseca, coloca em discurso esta tensão entre o “atraso” e a interpretação de um Brasil indolente e depravado:

Como será o *swinging* tupiniquim

Infelizmente, segundo alguns, ou felizmente, segundo outros, os países subdesenvolvidos estão sempre importando costumes de suas matrizes culturais- Estados Unidos e Europa. O Brasil, embora esteja em vias de desenvolvimento, não foge à regra. Só que aqui, em função do nosso humor, os costumes e movimentos culturais costumam ser devidamente avacalhados (vide o movimento hippie, entre outros). Assim, a gente fica imaginando o que acontecerá quando forem lançadas aqui as *swinging parties*, as festinhas americanas de sexo grupal. Pode ser que – da mesma forma como ocorreu com os horrores do *Exorcista*- muito neguinho vá rir no meio ³⁶

ELE ELA, em várias edições na década de 1970, discorreu sobre as festas e práticas de *swinging* nos EUA e certos países da Europa. A observação do jornalista que assinava a coluna destinada a informar sobre as novidades ocorridas no mundo deixa entrever uma visão do brasileiro despreparado para receber uma prática como as festas de sexo grupal. Incapaz de realizar com seriedade tal prática, a (o) brasileira (o) certamente não compreenderia o sentido das festinhas americanas e, possivelmente, iria denegrir a imagem das mesmas, já que foi incapaz de assistir, com o devido respeito, ao filme *Exorcista*. Mas o Brasil não é o país dos transgressores do sexo? Onde não há pecado? Como poderíamos afirmar tal despreparo em realizar uma festa de sexo grupal?

O discurso salienta, na realidade, essa interpretação de um país do atraso, incapaz, um país como o Outro do Ocidente.

Já na revista HOMEM, no final da década de 1970, o assunto do sexo grupal ou a três aparece sem a problematização médica e sexológica. A revista, simplesmente, abria espaço por meio do “Correio do Homem”, publicado em novembro de 1978, para que pessoas se correspondessem em busca de práticas sexuais distintas da naturalizada e romanceada prática heterossexual, exibida nas páginas de ELE ELA, NOVA e PLAYBOY durante toda a década de 1970. Apesar de o título referir-se ao homem, no lançamento desse espaço na revista,

os editores expuseram tipos de cartas que desejariam receber, ressaltando que ali era um espaço de escrita para homens e mulheres:

Senhora desquitada procura senhores de 50 anos.

Casal jovem procura companhia para fins de semana.

Sapatão que milita nas comunicações, deseja encontrar brotinho.

Casal procura outro para Swing

Evidentemente, deve-se ressaltar que a revista tem um discurso carregado no humor. Mesmo assim, apesar do pouco tempo de existência, dedicou-se a trazer mulheres nuas, censuradas com tarjas pretas e matérias indiscriminadas sobre travestis, swing e boates gays. Ao contrário da revista PLAYBOY e da segunda fase de ELE ELA, quando se torna uma revista com mais ensaios eróticos femininos e menos reportagens para se ler a dois, a revista HOMEM abordava, de modo menos medicalizado, as temáticas de outras práticas sexuais que não as hetero e, muitas vezes, anunciava meios para se conseguir determinados prazeres, tais como os anúncios de boates gays, shows de travestis, motéis e saunas. Destacava-se em uma coluna da revista denominada “Textículos”: “Show de Travesti e uma boate gay limpeza em São Paulo” seguida de orientações e endereços do local.³⁷

O ideal da conjugalidade heterossexual explorado pelas outras revistas reforçava o seu caráter normativo e transformava as identidades sexuais³⁸- homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais- em minorias políticas, que, como se sabe, não se distinguem pelos números, mas pelo modelo ao qual é preciso estar conforme. Isto é, a maioria política é formada por grupos que participam, de alguma forma, dos modelos hegemônicos, por exemplo, o da heterossexualidade e acaba funcionando como norma social. Já a minoria requer explicações, pesquisas científicas, é formada por grupos que despertam medo. Busca-se uma verdade sobre eles, porque a minoria não tem modelo, é um devir, um processo.³⁹

Ao questionar os pares binários que envolvem os marcadores sociais de gênero, raça e sexualidade: homem-mulher, branco-negro, heterossexual-homossexual, passivo-ativo- os estudos *queer* discutem a formação de identidades sexuadas e generificadas no interior das estruturas de poder e nos servem de bússola para debatermos a chamada revolução sexual.

No início da década de 1980, Denise Alves, em sua dissertação

publicada como livro, argumentou que os padrões de relacionamento homem-mulher vinham sofrendo alterações significativas em segmentos de classe média urbana no Brasil.⁴⁰ Para a cientista social, forjava-se uma nova mulher “liberada” que requisitava “uma moral sexual única”, em detrimento da dupla moral sexual em que às mulheres cabia apenas casar-se virgem, mantendo a virgindade a todo custo, seguida da fidelidade no casamento. Já aos homens, valorizava-se o conhecimento e a prática sexual antes do casamento, sem a preocupação excessiva com o compromisso da fidelidade conjugal. Essa situação - “a liberação sexual da mulher”- forçava os homens a uma nova postura, isto é, à constituição de um novo homem, disposto a abrir mão do seu machismo exacerbado.⁴¹

De fato, as inúmeras reportagens de ELE ELA com a temática da revolução sexual discutem a requisição da “moral sexual única” pelas mulheres e como deveria ser a postura dos homens diante do novo cenário social. Heitor Cony, editor-chefe dos primeiros anos da revista, afirmou que o modelo de ELE ELA era inspirado na revista alemã Jasmim que discutia assuntos sexuais, numa época em que a pílula, a minissaia, o divórcio e o aborto faziam parte de temas de “uma humanidade que aspirava total libertação”.⁴² O movimento feminista questionava o “machão”, afirma Cony e ELE ELA desejava que os homens compreendessem esse questionamento e correspondessem a ele:

A linha editorial de Jasmim, e por consequência Ele Ela, era o direito da mulher ter uma vida sexual equivalente à do homem, com direito inclusive ao orgasmo. Por absurdo que possa aparecer, isso era uma novidade que merecia ser transformada em linha editorial.⁴³

Nos primeiros cinco anos da revista ELE ELA, observamos uma sequência de artigos sobre a revolução sexual. Citando Wilhelm Reich, Edgard Morin, Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, a revista abordava o tema sem cessar. Com auxílio de sexólogos, sociólogos e psicanalistas brasileiros, tais como, Naumi Vasconcelos, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, tecia uma interpretação sobre a revolução sexual que, apesar de expor imagens dos EUA e da Europa, acreditava estar em curso também no Brasil.

O primeiro número de ELE ELA trouxe, no editorial de maio de 1969, o seguinte texto:

As pílulas encorajaram a mulher, mas os homens ainda não souberam interpretar a nova mentalidade feminina. Não durma no ponto e saiba que as mulheres exigem cada vez mais do amor.

No quarto número de ELE ELA, o artigo “EUA 69: O amor está

ficando de fora” abordava a revolução sexual, questionando se a mudança comportamental empreendida no final da década de 1960 elevava ou degradava a grande nação americana.

No editorial de ELE ELA de janeiro de 1970, podemos ler em destaque a chamada para um artigo sobre a nova mulher moderna:

A mulher moderna, libertando-se de velhos preconceitos, corre o risco de continuar sendo um brinquedo nas mãos dos homens. É preciso que ela conheça tudo a respeito de seu companheiro, a fim de evitar a submissão sentimental e econômica que continuará a escravizá-la como simples marionete.

No número seguinte, a revista dedica algumas páginas para destrinchar as ideias de Wilhelm Reich. O artigo intitulado: “Wilhelm Reich: o amor como remédio” aborda as principais ideias do psicanalista austríaco, sua defesa da compreensão das relações entre o corpo e a mente e, principalmente, da função do orgasmo, do prazer sexual para o bem-estar do indivíduo e da sociedade.

Foi depois das revoltas estudantis de 1968 em Paris que o nome de Wilhelm Reich começou a ser citado. Inicialmente, como simples pai espiritual de Marcuse; mais tarde, como a síntese entre o marxismo e a psicanálise. Reich conseguiu desagradar aos partidos do comunismo oficial e aos pesquisadores remunerados da alma humana. Charlatão para uns, oportunista e louco para outros, viveu uma obstinação científica a respeito do sexo. Para ele, a luta de classes esconde uma revolução anterior: a do sexo. Foi ele o primeiro a empregar a expressão que hoje parece marcar a nossa época: *o caos sexual*⁴⁴

A ideia de caos sexual estava presente em vários artigos da revista cujas imagens corroboravam a instituição de uma revolução sexual:

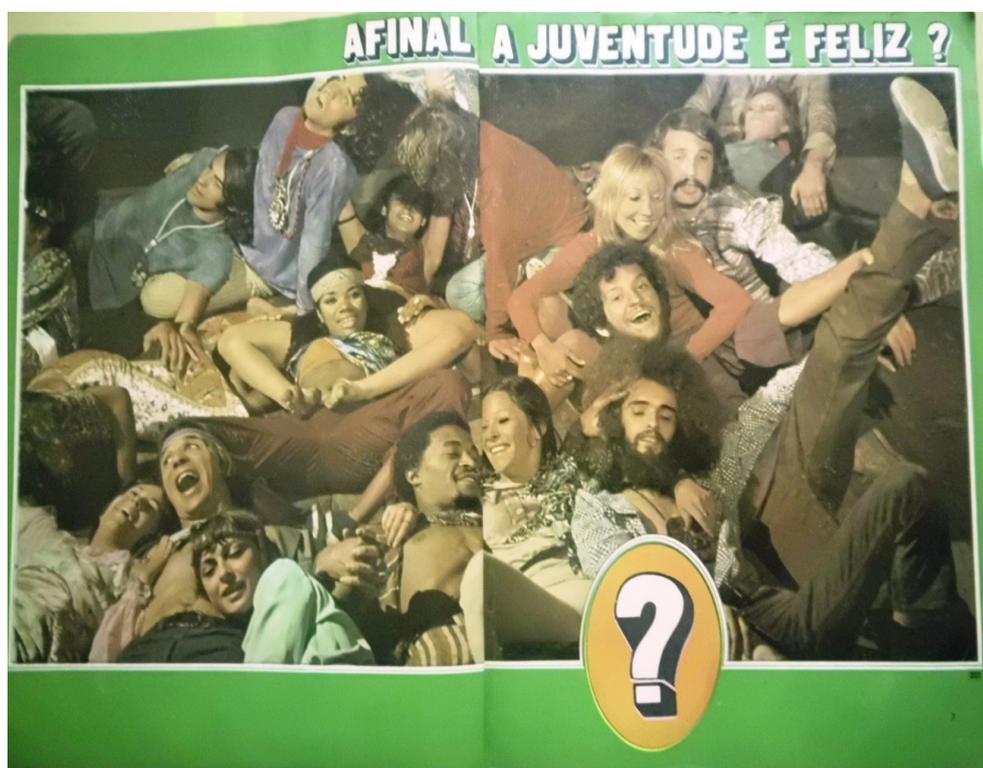


Imagem 2: ELE ELA, n.15, julho de 1970 p.6-7.

De modo semelhante, o artigo de julho de 1970, “Afimal a juventude é feliz?” (imagem 2 e 3) abordava o modo pelo qual a revolução sexual estava ocorrendo no Brasil, entrevistando jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro. O medo da solidão aparecia como o principal efeito colateral da mudança de costumes e a liberdade da mulher, como a melhor conquista. Questionava-se se a liberdade dos jovens tinha trazido felicidade.

Ao ler as imagens que compõem o artigo, observa-se o modo pelo qual as relações inter-raciais, o movimento hippie, traduzido pelas cabeleiras masculinas e as vestimentas de alguns personagens foram dispostos de modo a traduzir uma liberdade, solidariedade e exposição do corpo que expressava para a revista ELE ELA a revolução sexual.

No final da década os discursos sobre androginia e liberdade sexual permaneciam, fundamentalmente, colocando em questão a masculinidade. Na edição de novembro de 1978 a revista HOMEM trazia um artigo intitulado “o machão está no fim”.

A maioria das mulheres do mundo ocidental curtem mesmo

os homens de estatura normal e, principalmente, de quadris esguios. Os superdotados, ou seja, aquele tipo musculoso e patola, perdem rapidamente terreno na preferência delas. O negócio, pois, é sair de John Travolta rapidamente.⁴⁵

Podemos ler, assim, nas próprias revistas, um olhar de estranhamento aos rígidos padrões de feminino e masculino, por mais que a predominância das publicidades e dos artigos exaltasse a heterossexualidade como a norma natural do amor e da conjugalidade. A exigência de uma flexibilidade em relação ao “machão” e à domesticidade imputada às mulheres complementava a visibilidade dada, pelas revistas ELE ELA, NOVA e HOMEM, aos homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis. A exceção fica com a revista PLAYBOY onde a ausência dessas outras formas de expressão da sexualidade e do feminino e masculino serve para reafirmar a norma heterossexual como natural.

O debate sobre a emergência de um novo tipo de casal, um novo tipo de relacionamento entre homem e mulher, surgido na década de 1970, em consequência da revolução sexual acabava por criar modelos do “velho casal” e do “novo casal”. Destaca a socióloga Denise Alves, considerando o discurso da revista NOVA:

O velho casal é considerado uma célula doente da sociedade, formada por duas pessoas que se necessitam economicamente. Depois houve a revolução sexual: destruição da família, promiscuidade, casamento aberto, troca de esposas, sadomasoquismo, sexo grupal. Afirma-se que a mulher conquistou o orgasmo na busca de seu direito ao prazer, mas não encontrou a felicidade, pois ainda restou a solidão. A mulher teria dado ênfase excessiva à busca da felicidade na carreira, na realização profissional. Hoje, existe o novo casal: jovem, descompromissado, falante, feliz sexualmente. Representa uma nova solução, com a recriação do casal, formado agora por duas pessoas que se necessitam afetivamente.⁴⁶

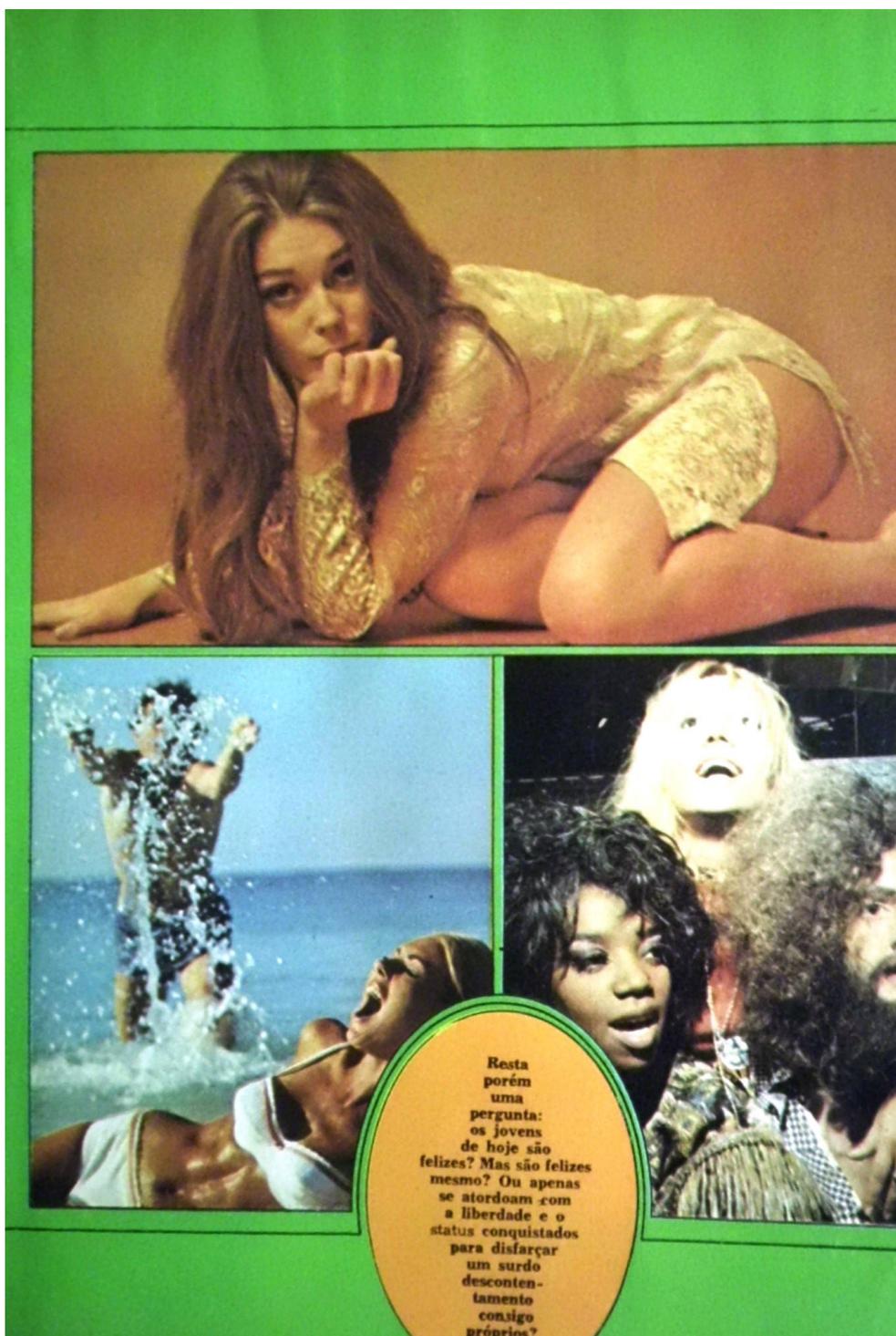


Imagem 3: Ele Ela, n.15, julho de 1970, p.9.

Esse novo casal é formado pelo “novo homem”, mais solidário, sensual, afetivo e delicado e pela “nova mulher”, mais forte, independente e sensual. Ficam claras a dicotomização e a naturalização dos atributos estabelecidos na sociedade ocidental como feminino e masculino. Agora, tais atributos passavam a ter suas fronteiras reconsideradas, como se derrubassem as paredes que enquadravam o feminino e o masculino em seus rígidos e unitários “caráter sexuais”.⁴⁷ A procura do outro para um estabelecimento amoroso envolve personalidades fluidas, presentes em um discurso que ressalta a brevidade e a incerteza da vida, a sensação de que as pessoas lhe são indiferentes e o sujeito se sente sem defesa e sem “identidade própria”⁴⁸, conforme se observa nesse texto de NOVA, destacado por Alves, sobre relacionamentos amorosos e a nova mulher que deve buscar na outra pessoa o reconhecimento dessa fluidez: “(Procure) um outro que possa reconhecer esse você invisível, essa personalidade fluida, ser importante para alguém, ser amada individualmente por alguém”.⁴⁹

No entanto, em toda a sua análise sobre o “novo casal” pós-revolução sexual, Denise Alves não questiona a heterossexualidade como uma instituição social. Na sua denúncia em relação às dificuldades de um relacionamento amoroso, seja ele conjugal ou não conjugal, a autora de “O desencontro marcado: a velha-mulher-nova e machão moderno” não se dá conta de que acabou reproduzindo uma ideia de que a revista masculina se expressa diversamente da revista feminina em suas opiniões sobre a vida a dois. Muitas vezes, a autora considera o discurso de NOVA como um discurso feminino, marcado pela interlocução com o feminismo. Assim, NOVA vê o relacionamento pós-revolução sexual como a conquista de uma relação mais igualitária, com o fim da dupla moral sexual, capaz de recuperar ou regenerar todo o tecido social, resgatando uma ideia de família mais coerente com os desejos dessa nova mulher.

Em *Nova*, embora de forma contraditória, valoriza-se a ruptura dos condicionamentos culturais, que são considerados os responsáveis pelos conflitos e desencontros existentes entre o homem e a mulher, apontando-se a conquista de relações igualitárias como o grande mediador capaz de proporcionar a superação dos conflitos entre os dois sexos.⁵⁰

Em ELE ELA, por sua vez, Denise Alves observa um discurso valorado como masculino:

Na revista Ele/Ela, a dicotomia entre sexo e amor vincula-se à defesa da dupla moral sexual, à redução da sensibilidade do homem e sua dificuldade de expressar emoções. As

estratégias construídas pela revista mostram-se eficazes apenas no contexto não conjugal. Neste, o homem realiza um consumo sexual agressivo, disfarçando o machismo para consumir as “liberadas” ou tomando-as como seres que gostam de ser objetos sexuais por natureza. Ele /Ela reforça os estereótipos através dos quais se atribui masoquismo à mulher e sadismo ao homem, como componentes “normais” de sua natureza.⁵¹

No entanto, o importante a ser pensado é que a dinâmica do desejo sexual, em jogo nessas práticas discursivas, deve ser vista como discursos políticos⁵², quando abordam, predominantemente, o sexo e o amor romântico no contexto de uma heterossexualidade, classe média, consumidora e branca. Há uma infinidade de pessoas e de grupos sociais que ficam de fora dessa norma naturalizada como o normal ou o ideal. A importância política discursiva da mídia não pode ser minimizada em relação à dinâmica do desejo sexual, uma vez que a instituição de normas nesse campo contribui para uma série de discriminações, preconceitos e violência.

Se por um lado houve ganhos consideráveis- mulheres solteiras ou divorciadas deixaram de ser vistas como anomalias, sexo antes ou fora do casamento passou a ser aceito socialmente, o estupro conjugal e o assédio sexual começaram a receber atenção legal-, por outro lado a própria ênfase colocada no sexo enquanto prazer acabou por transformá-lo numa transação de mercado, com a mulher como algo a ser conquistado, adquirido, enfim, com a mulher como objeto e o homem como sujeito do desejo.⁵³

Portanto, ao sexualizar predominantemente o corpo feminino, a indústria sexual do capitalismo do pós-guerra transforma a mulher em vítima do consumismo. Fazer-se atraente e desejável passa a ser fundamental na busca do sucesso. Surgem inúmeros manuais para orientar homens e mulheres na arte de alcançar sucesso pessoal, através de conceitos pré-estabelecidos de “feminilidade” e “masculinidade”.⁵⁴

Ao produzirem imagens e enunciados sobre sexo/gênero e sexualidade como esses, as revistas aqui analisadas mencionam a “liberação sexual” articulada à noção de identidade cada vez mais explicitamente atrelada ao sexo. A emergência de várias subculturas ou práticas sexuais alternativas nos anos 1970 promovem verdadeiros guetos de “identidades sexuais” que ELE ELA e NOVA exploram em seus artigos, cartas dos leitores e colunas assinadas por psicanalistas. Conforme podemos ler em algumas reportagens e manchetes de capas destas revistas que a partir da naturalização de que ocorria uma revolução sexual problematizava a sexualidade, a família, o(s) masculino(s)

e o(s)feminino(s): “Edgard Morin faz o diagnóstico da revolução sexual (Ele Ela, Março de 1970).”; “*Ele Ela*- Informe Científico: Mudança de sexo” (Ele Ela, janeiro de 1973); “Debate: A família está em crise?” (Ele Ela, fevereiro de 1973); “O cinema foi invadido pelos delicados” (referindo-se aos filmes com temáticas homossexuais) (Ele Ela, fevereiro de 1973); “O sombrio mundo dos homossexuais” (Ele Ela, manchete de capa, maio de 1973); “Rogéria, a travesti mais famosa do Brasil, fala muito à vontade da sua vida” (Nova, manchete de capa, outubro de 1974); Sôfa do analista: “lésbica em potencial” (Nova, fevereiro de 1975); “Transexualismo: quando o corpo tem um sexo e o espírito tem outro” (Nova, abril de 1977); “A explosão do homossexualismo” (Nova, Agosto de 1977); “Paraíso dos Gays” (matéria sobre cidades *gayfriendly* nos EUA) (Nova, Novembro de 1979).

Esses enunciados são apenas alguns destaques dos discursos que, mensalmente, estavam presentes nessas revistas. Cito-os, aqui, com o propósito de deixar claro o objetivo desse trabalho: dar visibilidade a uma “multidão queer” que embora estivesse em discursos nestas revistas, elas ocupavam um espaço marginal de questionamento e problematização enquanto que a heterossexualidade ocupava um espaço central e naturalizado. Meu argumento é de que a forma naturalizada com que a heterossexualidade aparece nas páginas das revistas contribui para produção de preconceitos, discriminações e violências contra aqueles que não estão conforme a norma. Ler as revistas a partir do binômio masculino-feminino faz com que ignoremos esses outros textos, outros enunciados e discursos que estavam presentes nesses periódicos. Há mais ambiguidade do que uma linearidade e coerência no discurso da mídia. Em muitos desses textos poderíamos ler uma certa defesa de uma sociedade mais tolerante para com o homossexual e até mesmo uma despatologização das identidades sexuais não hetero. É preciso abandonarmos as leituras históricas e antropológicas de revistas como femininas e masculinas, sem questionar sua heteronormatividade aí implícita, ou todas outras formas de limitar as sexualidades ex-cêntricas, ao abordar a sexualidade em sua forma dicotômica: natural/artificial, passivo/ativo, tradicional/moderno, feminino/masculino. Os discursos correspondentes aos enunciados citados poderiam ou não reproduzir essa forma de compreensão da sexualidade. Na maior parte das vezes, utilizavam-se do saber-poder médico e jurídico para legitimá-los. Mas, às vezes, eram expressos de forma a contestar uma visão coerente do sexo-gênero- desejo.

Neste sentido, temos o artigo denominado “Círculo ultra fechado” publicado em *Ele Ela*, edição de agosto de 1972 em que aborda as relações sexuais e afetivas entre mulheres, nesse texto, utilizando do relatório Kinsey e de pesquisas antropológicas afirmam:

É evidente que a atração homossexual não é rara nem

impossível, na vida de mulheres heterossexuais (...) não houve, nem por uma vez, mulheres heterossexuais, que já tivessem tido experiências homossexuais, que se sentissem culpadas pelo ocorrido- contam os pesquisadores do Relatório Kinsey.⁵⁵

Numa cultura que está obsecada com a ideia de que o homem deve ser homem e que a mulher deve ser mulher, a homossexualidade masculina tornou-se sinônimo de afeminação.⁵⁶

Nos textos acima vemos como a heterossexualidade está naturalizada e a abordagem da homossexualidade masculina atrelada aos femininos. Apesar da visibilidade da prática lésbica, as instituições heteronormativas continuam a funcionar nos discursos, apenas tornando visível um certo ruído na coerência sexo-gênero-desejo. Vale a pena ressaltar que os artigos citados acima, caracterizavam-se pela utilização de uma linguagem intimista, como por exemplo, o uso do pronome você, gírias e exemplos familiares (como em NOVA), recurso a autoridade médica para dar legitimidade ao discurso: saberes psis, sexologia e endocrinologia e a presença de masculinidades e feminilidades hegemônicas reforçadas principalmente na revista PLAYBOY, única revista do conjunto analisado no qual só foi possível encontrar, no decorrer da década de 1970, discursos sobre as sexualidades não hetero, em escassas cartas, charges e piadas.

Apesar de todas essas revistas abordarem a liberação sexual e instituírem esta década como a da revolução sexual, o “vamos falar sobre sexo” não abandonou a heteronormatividade, tão pouco, deixou de insistir em discursos que visava auxiliar ou encontrar um bom relacionamento matrimonial entre homem e mulher. A revolução sexual colocada em discursos nessas revistas tinha como um discurso central o desnudar dos corpos das mulheres para deleite dos homens; a suposição de que revista masculina exige corpos femininos nus, e que revistas femininas devem ensinar as novas mulheres liberadas a cuidarem do corpo, a aprenderem seduzir homens e otimizar o seu prazer sexual dentro de uma heterossexualidade naturalizada. Ainda nestas práticas discursivas em imagens e palavras, as identidades sexuais- lésbicas, travestis, homossexuais, transexuais- ocupava uma posição nos discursos ex-cêntrica à heterossexualidade. As práticas discursivas sobre as identidades sexuais não hetero seguia uma trilha confusa de definições que gravitavam entre o normal e o patológico; e, sobretudo, questionava a felicidade destes indivíduos:

Os transexuais (usualmente nem homossexuais nem travestis) são em geral socialmente desajustados e se não encontram ajuda positiva, podem chegar ao suicídio.⁵⁷

A maioria das lésbicas sabe que é “diferente”, mas não se considera “anormal” mesmo que seja consciente de sua tendência, ela não a considera anormalidade, embora seja tomada pelo sentimento de culpa, porque sabe que a sociedade desaprova seu comportamento.⁵⁸

NOTAS

1 Cf. BUTONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

2 A palavra perversão teve um aparecimento tardio na linguagem médica. O primeiro registro da palavra em francês aparece em 1444- *perversion* - vinculado a palavra latina *pervertere* associada ao sentido de “inverter”, “revirar” ou “virada inoportuna”. Assim desde o século XV o termo perversão comportou uma significação pejorativa e a metáfora subjacente era de uma reviravolta ruim. O emprego técnico pela medicina da palavra perversão, só apareceu no século XIX, associado à ideia de transformação do bem em mal, de distúrbio e desarranjo. O termo perversão sexual desenvolveu-se em conjunto com a apropriação médica da sexualidade e as práticas jurídicas a ela articulada. O uso do termo pela sexologia e psiquiatria no século XIX foi problemático, como assim também ainda era nos discursos presentes nas revistas brasileira dos anos 1970. Deste modo, uma definição de perversão sexual depende da filiação ao pensamento de uma “escola” de sexólogos, psiquiatras ou psicanalistas, como por exemplo, Kraft- Ebing , psiquiatra alemão, autor de *Psychopathia Sexualis* (1886). Esta obra significou o esforço de Kraft-Ebing em delimitar o campo específico das perversões. A homossexualidade, contudo, tem sido, desde então “o centro organizador- senão propriamente fecundo – de todo o discurso sobre as perversões”, muitas vezes diferenciada do que era ou é considerado monstruoso. Cf. LANTERRI-LAURA, Georges. *Leitura das Perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p 24 e 40.

3 A revista *Playboy* criada por Hugh Hefner nos Estados Unidos em 1953 começou a ser publicada no Brasil, em 1975, pela editora Abril inicialmente com o nome: *A revista do Homem (com o melhor de Playboy)*, contendo a tradicional marca da revista “o coelhinho”. A censura não concedeu o direito de utilizar apenas o nome *Playboy* a editora Abril. Porém, a partir de julho de 1978 esta mesma editora consegue o direito de continuar a editar a revista seguindo a numeração da *A revista do Homem*, contudo, passando a denominar-se, enfim, *Playboy*. Ainda em 1978 a Ideia Editora lança uma revista dita masculina, com o nome *Homem: a revista do Playboy*. Esta revista trazia fotos de mulheres nuas frequentemente censuradas com tarjas pretas e matérias carregadas de humor e por não conter publicidade era muito mais barata do que a revista da editora Abril. A semelhança com o nome da revista editada pela Abril provocou uma disputa judicial entre as duas editoras. Assim, a partir de 1979 a revista lançada pela Ideia Editora passa a se chamar apenas *Homem*. No intuito de facilitar a leitura utilizei *A revista do Homem/Playboy* (dependendo da data) ou apenas *Playboy* para designar a edição brasileira da *Playboy* americana produzida e vendida pela editora Abril. E utilizei somente *Homem* para me referir a revista publicada pela Ideia Editora.

4 Algumas revistas pornográficas eram completamente vigiadas e modificadas pelos órgãos de censura do Estado Brasileiro, havia toda uma legislação específica da imprensa de como

veicular tais revistas. Os assinantes deveriam recebê-las em suas residências, devidamente encapadas e lacradas e, da mesma forma, eram vendidas nas bancas de revistas e jornais Cf. COSTA, Valmir. *Sexo lacrado: o controle político no jornalismo erótico (1964-1982)*. São Paulo: Projeto História, n. 35, Dez. 2007, p. 241 – 252. Na *Revista do Homem*, por exemplo, nas primeiras edições, algumas fotografias e textos estavam cobertos com tarjas pretas. O quinto número de *Ele Ela*, por sua vez, foi recolhido pela censura, em função das publicações das cartas dos leitores onde havia discursos que faziam referência a amar um homem casado, detalhes sobre uma lua de mel e a realização de desejos (sexuais) de desquitadas e viúvas, sem o vínculo de um novo casamento. Cf. ALVES, Denise. *O desencontro marcado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.p . 41.

5 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.7

6 MORAES, Maria Quartim; SARTI, Cynthia. Aí a porca torce o rabo. In: ROSEMBERG, Fúlvia; BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 19 – 57. p.19

7 Cf. ALVES, Op.cit; BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres – Revistas femininas e relações homem-mulher: 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996 e CUNHA, Maria de Fátima. Homens e mulheres nos anos 1960/1970: um modelo definido? In: *História questões e debates*, n.34, Curitiba: UFPR, 2001, p. 201 – 222.

8 CENTRO DA MULHER BRASILEIRA. *Amélia Já Era? – Uma visão da mulher na música brasileira*. Agosto de 1975, Rio de Janeiro.

9 O termo é utilizado por TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso- a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 5 ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2002. Este autor utiliza “desbunde guei” para se referir ao momento histórico de uma maior visibilidade dos homossexuais na cultura brasileira. A noção de “desbunde” refere-se à forma pela qual a insatisfação com o sistema político – a ditadura civil-militar brasileira- e com os desdobramentos de alguns processos de militância política na período, tal como a luta armada, vai produzir mudanças de cunho comportamental, cultural e artístico. O “desbunde” que caracteriza culturalmente os anos 1970 nas grandes cidades brasileiras, apresentam elementos comuns dentro de uma diversidade de expressões culturais que podem ser associados aos elementos da contracultura, dentre eles: “O privilégio da ação e o sentimento colocados à frente das preocupações racionalizantes, a relativa descrença frente ao discurso intelectual e teórico, a valorização do corpo como lugar político” Cf. BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Política e literatura: A ficção da realidade brasileira. Anos 70*. Rio de Janeiro: Europa, vol.2, 1979-1980. p 10-11.

10 Cf. FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

11 D’EMILIO; John, FREEDMAN, Estelle. *Intimate Matters: A history of sexuality in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p.327

12 Idem.

13 Cf. BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, s/d.

14 D’EMILIO; FREEDMAN, op. cit, p.329

15 PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. p. 92.

16 Cf. PRIORI, op. cit. e CARRARA, S. L.; RUSSO, J. A. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras: entre a ciência e a auto-ajuda. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.9(2), Mai/Ago, 2002, p. 273 – 290.

17 D'EMILIO; FREEDMAN, op.cit, p.330.

18 Idem, p.239.

19 De acordo com Béjin, a proto-sexologia do século XIX, preocupava-se mais em classificar as perversões do que oferecer uma terapêutica. Essa visão modificou-se, fundamentalmente depois que Wilhelm Reich em 1922 descobriu o que chamava de “verdadeira natureza da potência orgástica” e que as obras de Kinsey sobre o comportamento sexual do homem e da mulher foram publicadas demonstrando que o problema central da sexologia passava ser o orgasmo. BÉJIN, André. Crepúsculo dos psicanlistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 211.

20 PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões- cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991. p. 16.

21 ELE ELA, Janeiro de 1973, Rio de Janeiro: Bloch Editores. p. 38.

22 Idem.

23 NOVA: COSMOPOLITAN n.17, Fevereiro de 1975, São Paulo: Editora Abril. p. 75

24 Cf. ARIES E BEIJIN, op.cit; LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001; LANTERRI-LAURA op.cit; FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2013; WEEKS, Jeffrey. *Sex, Politics and Society*. New York: Longman, 1996.

25 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 9.

26 LANTERRI-LAURA, op.cit. p.19.

27 CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: Cadernos Pagu n. 28, Jan/Jun, 2007, p 65 – 99. p. 68.

28 RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH, Belo Horizonte, Jun. 1997. 1997, p.186.

29 Cf. CUNHA, Helena S. Bocayuva. *O tema do excesso sexual em Gilberto Freyre: Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos*. [Tese de Doutorado.] Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social – UERJ, 2000.

30 GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 331.

31 Cf. CARRARA; SIMÕES, op cit; GREEN, op cit; FRY, op.cit.

32 CARRARA; SIMÕES, op cit, p.71.

33 Cf. WEEKS, op cit.

34 Cf. ARIES; BEJIN, op cit.

35 Cf. HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

36 ELE ELA, fevereiro de 1975, Rio de Janeiro: Bloch Editores. p. 11.

37 HOMEM: A REVISTA DO PLAYBOY, a.1, n.4, Dezembro de 1978, São Paulo: Ideia Editorial/Editora Três.

38 Utilizarei a noção de identidades sexuais para me referir aos homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, uma vez que a proposta é apresentar o modo como essas identidades, ao mesmo tempo em que constituem a construção de uma diferença, são forjadas pela mídia nos anos 1969-1979. Vale lembrar que o termo identidade sexual serve para reforçar o entrelaçamento, na modernidade, da identidade do indivíduo com o sexo (tal como foi argumentado por Foucault em *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*).

39 DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 214.

40 ALVES, op.cit, p.15.

41 Idem.

42 CONY, Carlos Heitor. Pra não dizer que não falei contra a censura. Folha de São Paulo 24 Nov. 2000, São Paulo: Grupo Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2411200032.htm>> Acesso em: 13 Jun. 2014.

43 Idem.

44 ELE ELA, fevereiro de 1970, Rio de Janeiro: Bloch Editores. p.100.

45HOMEM: A REVISTA DO PLAYBOY, a.1, n.3, Novembro de 1978, São Paulo: Ideia Editorial/Editora Três. p.13.

46 ALVES, op.cit, p. 111.

47Ver a discussão do “Caráter sexual” no capítulo 8 da obra CONNELL, R. W. *Gender and Power: society, the person and sexual politics*. Stanford University Press, 1987. Neste capítulo o/a sociólogo/a Connell argumenta que, em nossa cultura ocidental, marcada pela cultura *psi*, são atribuídos a homens e mulheres características e atributos distintos, frequentemente em oposição, como os relacionados ao temperamento, opiniões, habilidades, estrutura de personalidade, formando o que ele chama de “Sexual Character” que pode ser traduzido, também, como personagem sexual. Ele/a identifica, nos debates da psicologia do século XX, a presença de um modelo unitário de caráter sexual, igualmente percebido em outros discursos, como os das feministas antipornografia. É oportuno utilizar essa noção de Connell, uma vez que seu argumento vai ao cerne da estrutura dos discursos das revistas femininas e masculinas: a discussão exaustiva do que é ser homem e ser mulher. Seguindo um modelo unitário do Caráter sexual, isto é, o reforço constante do que vêm a ser as características de personalidade do homem e da mulher formando assim uma “ideologia sexual”.

48 ALVES, op.cit, p. 111.

49 Ibidem, p.112.

50 Ibidem, p. 119.

51 Idem.

52 ARMSTRONG E TENNENHOUSE apud FUNCK, Susana Bornéo. A sexualidade nas utopias feministas dos anos 70 na literatura norte-americana. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994. Pp 267-282. p.268.

53 FUNCK, op.cit, p.270.

54 Idem.

55 ELE ELA, agosto de 1972, Rio de Janeiro: Bloch Editores. p.114.

56Ibidem, p 115.

57 ELE ELA, janeiro de 1973, Rio de Janeiro: Bloch Editores, p.39.

58 NOVA, julho de 1974, São Paulo: Editora Abril, p.62

Artigo recebido em maio de 2016. Aceito em agosto de 2016.